

## USO E ADEQUAÇÃO DO TURISMO NO RIBEIRÃO SÃO LOURENÇO EM ITUIUTABA (MG)

EMERSON JHAMMES FRANCISCO ALVES (\*), SUÉLEM MARQUES DE OLIVEIRA

\* Universidade Estadual de Campinas – jhammesemerson@hotmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o turismo rural na região do ribeirão São Lourenço localizado na região rural da cidade de Ituiutaba/MG. Este trata das questões contudente relacionada ao turismo rural, partindo do questionamento de como fazer uso do espaço natural sem degradação do mesmo. Além de impor como os instrumentos públicos e privados podem contribuir para conscientizar a população em geral que faz uso das águas do ribeirão para seu próprio lazer não deteriore o ambiente natural. Para nível de conhecimento foi aplicado metodologias de levantamento bibliográfico, mediante prática em campo, além de análise dos resultados finais. Para resultados finais é importante considerar que o mesmo foi adequado para conhecimento do uso do turismo rural no espaço rural de Ituiutaba/MG, é evidenciado que a população deve se adequar a normatização do uso do meio ambiente. Somente com a conscientização da população que faz uso do ribeirão São Lourenço poderá fazer uso devido do bem comum à sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ribeirão São Lourenço, Educação Ambiental, Turismo Rural, Estudos Ambientais

### INTRODUÇÃO

O turismo nas últimas décadas cresce de forma generalizada. A procura se dá pelos mais diversos locais, como, por exemplo, atrativos históricos e culturais, comerciais e, sobretudo, espaços naturais e rurais. No entanto, o aproveitamento desses potenciais nem sempre se dá de forma ordenada. Devido ao ritmo estressante da nossa sociedade, muitas pessoas buscam no turismo uma forma de escapar da rotina cotidiana. Este desejo de fuga do cotidiano alimenta a “indústria do turismo” que, por sua vez, transforma, e vende os lugares com atrativos paisagísticos e culturais em verdadeiras “mecas turísticas”. O turismo pode representar importante atividade econômica, especialmente quando se deseja conciliar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento da economia local. Porém, se o desenvolvimento do turismo ocorrer de forma descontrolada pode resultar em degradação ao meio ambiente.

A implantação de sistemas de saneamento básico não acompanhou o ritmo do crescimento turístico e da ocupação proporcionada por esta atividade, gerando contaminação nos rios, águas subterrâneas e no mar. Em relação aos recursos hídricos o impacto se intensifica na medida em que não existe nenhum sistema de coleta e tratamento de esgotos nas localidades ocupadas. A exploração de ambientes naturais pode causar impactos ambientais e sociais, como compactação e erosão de solos em trilhas, retirada da vegetação, poluição de recursos hídricos, além do acúmulo de lixo. A partir desta tendo como enfoque a qualidade dos recursos hídricos desta localidade temática foi traçado como objetivo principal deste estudo: analisar a degradação ambiental ocasionada pelo turismo.

O presente trabalho apresentará a Política Nacional do Ecoturismo e a Política Nacional de Turismo Rural, mostrando o contexto em que estas políticas foram formuladas, seus principais objetivos e estratégias. Por fim, analisamos como essas políticas podem ser aplicadas no baixo curso do ribeirão São Lourenço, portanto, descrever e registrar os principais impactos ambientais gerados pela utilização do potencial hídrico no baixo curso do Ribeirão São Lourenço, município de Ituiutaba – MG, e ainda, analisá-los frente à Legislação Ambiental. No estudo de caso verificou-se compreender a evolução e atual realidade sócio-espacial da localidade através da consulta em bibliografia, documentos, leis. Foram realizados: levantamento de bibliografias que envolvam estudos relacionados à temática turismo; análise da Política Nacional do Ecoturismo e a da Política Nacional de Turismo Rural; trabalhos de campo com o propósito de identificar de avaliar as potencialidades turísticas da área.

### CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Ituiutaba está situado no estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alta Paranaíba. Localiza-se entre as coordenadas geográficas 18°58'08'' de latitude sul e 49°27'54'' de longitude oeste. A bacia do Ribeirão São Lourenço está inserida na bacia do Rio Tijuco que compõe a bacia do Rio Paraná (FIGURA 1). O clima é tropical semi-úmido, com verão chuvoso e inverno ameno. Os maiores índices de pluviosidade ocorrem durante os meses de Dezembro e Janeiro, e os períodos mais secos são registrados ao longo dos meses de Julho a Agosto.

A região do Triângulo Mineiro é configurada geologicamente pelos sedimentos do Grupo Bauru (Cretáceo Superior), sendo subdividido nas formações Adamantina, Marília e Uberaba. Segundo Barcelos (1984, 1993) e Fernandes &

Coimbra (1996), na região do Pontal do Triângulo Mineiro ocorrem afloramentos das formações Adamantina e Marília. Essas camadas assentam-se sobre basaltos da Formação Serra Geral, arenitos da Formação Botucatu, terrenos metamórficos proterozóicos dos grupos Araxá e Canastra, além de intrusões mesozóicas do Soergimento do Alto Paranaíba (SUGUIO *et al.* 1979).



**FIGURA - 1 - Área de estudo no Ribeirão São Lourenço**  
**FONTE: Renato F. do Valle Júnior *et al.* 2010.**

Segundo Santos e Baccaro (2004), a geomorfologia da região insere-se nos “Domínios dos Chapadões Tropicais do Brasil Central” de AB’SABER (1971) ou nos “Planaltos e Chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná” denominação dada pelo RADAM (1983). O relevo é em sua maioria marcado por vertentes convexas de baixa a média declividade, exemplificadas pelas superfícies aplainadas de constituição litológica basáltica e os residuais com bordas escarpadas.

O ribeirão São Lourenço está inserido na bacia do Rio Tijuco. SANTOS; BACCARO (2004, p. 6) afirmam que na bacia: Este ribeirão é um dos principais cursos fluviais perenes no município de Ituiutaba/MG. A bacia é responsável pelo abastecimento de água no município de Ituiutaba, o qual tem uma população. Segundo IBGE (2007), o clima é predominante tropical, com duas estações bem definidas. Uma estação úmida e quente, com chuvas concentradas de meados de outubro a março, e outra menos quente e seca nos meses de inverno abril - setembro. Os índices pluviométricos variam de 1500 a 2000 mm, distribuídos irregularmente durante todo o ano, mas com maior volume concentrado no verão, entre os meses de dezembro e fevereiro cerca de 50% das precipitações.

## **TURISMO RURAL**

O turismo rural no Brasil se constitui como uma atividade de desenvolvimento no campo, comprometida com atividade produtiva, agregando valor a produtos e serviços e resgatando o patrimônio natural e cultura da comunidade. Isso significa que, para ser enquadrado como turismo rural, o empreendimento deve ser e não apenas instituídos como imóveis como: sítio ou fazenda. Assim o turismo rural é modalidade do turismo que tem por objetivo permitir a todo o contato mais direto e genuíno com a natureza, agricultura e as tradições locais, através do ambiente rural e familiar.

Segundo (BRASIL, 2004, p. 3) o Turismo Rural é um segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil, pode ser explicado, principalmente, por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior. [...] o espaço não urbano, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como rural, abriga diversos empreendimentos turísticos que podem caracterizar vários tipos e segmentos de turismo. Além disso, pequenos aglomerados (sedes municipais, sedes distritais, vilas, povoados) considerados urbanos pelo IBGE têm a economia vinculada direta ou indiretamente à atividade agropecuária, inclusive as do setor secundário e terciário, entre elas a turística.

Dessa forma, o turismo rural propicia o contato direto com o produtor e serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, produtos naturais (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato). Assim, obtém-se melhor preço e qualidade dos produtos para o turista e maior renda para o produtor. Esta iniciativa pública e privada se mostra suficientes no sentido de promover e fomentar o desenvolvimento econômico de atividades que trazem para o espaço rural. Segundo (BRASIL, 2004, p. 8) o Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.

É importante ressaltar que mesmo com programas governamentais que intitulam um crescimento econômico para o turismo rural, este ainda tem suas incapacidades, faltando critérios de regulamentação, incentivos aos produtores rurais que impulsionam o mercado e compromete a imagem do turismo rural e os produtos de origem rural. É preciso que o turismo rural seja organizado do tipo de turismo com atividades capaz de agregar valores a produtos e serviços vindo do meio rural, para contribuir para conservação do meio ambiente e valorização da ruralidade brasileira.

O turismo rural é uma atividade que sofre mudanças e inovações constantes, em função de novas exigências da demanda e contínua e acirrada competitividade de mercado. O que influi diretamente para o aparecimento de novos tipos de turismo, no caso o turismo rural, que se afirma como atividade capaz de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e contato com ambiente natural. A análise, da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, de forma a incluir, entre as atividades rurais, aquelas características do que ora se chama “turismo rural”. Em termos objetivos, a proposta é que seja adicionado, ao art. 2º da mencionada Lei, um parágrafo único que diz que também se considera atividade rural, desde que oferecida em meio rural de forma vinculada ou não à atividade agropecuária, a administração de hospedagem em meio rural, o fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e meios de hospedagem rural, a organização e promoção de visitas a propriedades rurais produtivas ou inativas de importância histórica, a exploração de vivência de práticas do meio rural e, ainda, a exploração de manifestações artísticas ou religiosas no meio rural.

As políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no meio rural. Estas tem objetivo à convergência de políticas e ações no processo de conhecimento e ordenamento do turismo rural no país. Para as diretrizes foram ordenamento, informação, articulação, incentivo, capacitação, envolvimento da comunidade. As políticas estruturais para o uso do turismo rural é responsável em prover a infraestrutura geral, viabilizando conforto para o visitante e benefícios para a população local. Entende-se por infraestrutura a disponibilidade de bens e serviços que sustenta as estruturas sociais e produtivas, contemplando a educação, os serviços de saúde, a moradia, os transportes, as comunicações e a energia.

As necessidades vão além das questões básicas e se expandem no direito a identidade, à justiça e à participação social, entre outros relacionados à qualidade de vida, a pertinência de situar o desenvolvimento também como satisfação, realização e ganhos dos indivíduos em sociedade. As políticas públicas a nível de conhecimento regional nos permitiu uma melhor identificação dos problemas específicos de cada região; possibilitar uma melhor calibragem das intervenções; viabilizar uma participação mais efetiva da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das ações que venham a ser desenvolvidas; facilitar a atuação integrada com as administrações estaduais e municipais; tornar mais viável a formação de parcerias com atores não governamentais cuja atuação tenha escopo local ou regional.

Em análise do turismo rural, no Brasil, nos demonstra que vários benefícios são constituídos ao longo dos anos, destes são: Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; Melhoria das condições de vida das famílias rurais;

- Interiorização do turismo;
- Difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- Diversificação da oferta turística;
- Diminuição do êxodo rural;
- Promoção de intercâmbio cultural;
- Conservação dos recursos naturais;
- Reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- Geração de novas oportunidades de trabalho;

Estas atividades representadas acima nos revelam que nos últimos anos de experiência dos empreendedores, na evolução técnica, na organização social e na articulação política, essa tipologia turística busca sua consolidação. Este momento de amadurecimento evidencia apresentação do conceito de turismo Rural, se referindo às políticas públicas, às atividades associadas ao setor privado para o segmento do turismo rural. Assim, temos a atividade de turismo rural principalmente voltado para fatores econômicos, constituindo assim fator preponderante para difundir o desenvolvimento neste espaço.

Segundo (Brasil, 2004, p.7) entende-se Turismo no Espaço Rural como um recorte geográfico, onde o Turismo Rural está inserido. Isto é, as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Isto é, considera-se Turismo no Espaço Rural ou em áreas rurais todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

É importante definir que todos os estabelecimentos turísticos localizados no espaço rural são importantes, devendo fazer parte da classificação dos prestadores de serviços turísticos e das associações de turismo rural. O Trabalho de atividade turística de modo integrado e participativo considera produtos de cada localidade fortalece os laços da comunidade e reforça a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitando os benefícios para a comunidade. Para um turismo rural ordenado e fortalecido no Brasil são necessárias ações regulamentadoras e articuladas, desenvolvidas por agentes governamentais em parcerias com o setor privado e comunidade, além de infraestrutura adequada e de capacitação profissional.

Para entendimento dos objetivos do turismo rural no Brasil, Segundo (BRASIL, 2004, p. 9), o turismo rural deve ordenar o segmento turismo rural; promover e estimular a eficiente informação/ comunicação no setor; promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais; promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade; incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização; promover e estimular a capacitação de recursos humanos; estimular o envolvimento de comunidades locais; e promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infraestrutura para o setor. O turismo rural deve ser entendido como uma prioridade de cada uma varia regionalmente, de acordo com o estágio de desenvolvimento da atividade turística, os arranjos institucionais e intersetoriais e a disponibilidade de recursos.

Partindo da análise do turismo rural esta é uma modalidade relativamente nova no Brasil, ainda está pouco explorado, mais se demonstra como atividade de grande potencial, pois proporciona o regionalismo cultural e valoriza e preserva o meio ambiente. Como atividade de uso dos bens naturais para lazer da comunidade este proporciona fatores positivos e negativos. As atividades vindas como uso do turismo rural positivo é tido como atividade que complementa a renda familiar; é fonte de emprego e renda, revitaliza o espaço rural visando à melhoria da qualidade de vida; proporciona o resgate das tradições culturais formando uma identidade local.

Sobre os fatores negativos o turismo rural é visto pela falta de planejamento para implementação do turismo gerando impactos diretos no ambiente como degradação e descaracterização do espaço rural; dificuldades no planejamento e gerenciamento de atividades turísticas no meio rural; além de insuficiência para regulamentação e normatização para o exercício da gestão do turismo no espaço rural. A atividade turismo rural em via de regra, trata-se de complementação de renda para fazendeiros que decidem aproveitar a beleza do sítio onde se localiza sua propriedade, atrativo representado por cachoeiras, trilhas, montanhas.

Para aplicabilidade estas normas se concentram essencialmente a favor de preservar o meio natural e especificadamente o espaço rural e seus constituintes. A utilização do turismo rural deve trazer benefícios para comunidade em geral. Deve-se homem fazer uso do meio natural com consciência ecoeducacional. O grande desafio de qualquer proposta de medidas de aplicabilidade para incentivo do turismo no espaço rural é principalmente ressaltar que as medidas não podem ser obter aplicabilidade isolada, mas sim compor um plano de desenvolvimento rural que componha um plano de desenvolvimento rural integrado.

A política do turismo rural aplicasse no ribeirão São Lourenço mediante a preservação do meio natural. Mesmo não tendo ‘ de valores comerciais nesta localidade é importante ressaltar que o uso do espaço do ribeirão deve ser pensado para a preservação. Neste ponto é essencial que ocorra uma política educacional voltada para a educação ambiental, fazendo com que a população em geral faça a preservação do ribeirão São Lourenço.

O uso consciente do espaço rural nos remete ao lazer que proporcional degradação mínima. É preciso principalmente que o poder público e privado faça a conscientização da população mesmo por meio digital, impresso, sono, visual etc. O que eleva a população que faz uso das águas do ribeirão conscientizar a não poluir este espaço que é um bem comum. O turismo rural é uma atividade que deve ser pensada como intercambio de valores culturais, sociais, econômicos etc. Assim não podemos esquecer o princípio básico do turismo rural que é a sustentabilidade que é inseparável para a comunidade, o poder público e privado devem trabalhar juntos, estes são forma de garantia de benefícios para proteção dos recursos do ribeirão São Lourenço.

## **ECOTURISMO**

Na contemporaneidade os embates entre o modo de produção capitalista e a busca por uma política ambientalista eficiente se apresenta como uma das grandes problemáticas a serem discutidas e solucionadas. Na medida em que o homem se dispõe a intervir, nos reportamos ao conceito de desenvolvimento sustentável, que prevê numa lógica extremamente simples, um modelo de desenvolvimento para a humanidade que consiga suprir as necessidades da geração atual, contudo, sem comprometer as posteriores. Nesse contexto, que visa estabelecer um modelo organizacional para a sociedade capaz de integrar crescimento econômico, desenvolvimento social e qualidade ambiental, podemos destacar, como uma alternativa aceitável, o ecoturismo. No Brasil, no final do século XX, começa a se discutir o Ecoturismo iniciou suas atividades em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do IBAMA e do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e sustentáveis (ECOBASIL, 1994).

Para o Instituto EcoBrasil (1994), num estudo sobre as diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, conceitua-se ecoturismo como: Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

A atividade do Ecoturismo é um reflexo de uma sociedade que, cada vez mais, se preocupa com as questões ambientais. Isso reforça a ideia de aproximação entre homem e natureza, e ainda, pressionam os agentes governamentais a proporem uma normatização mais rígida e eficiente quanto aos impactos ambientais. A respeito disso, Hetzer (1965) identificou quatro características fundamentais a serem seguidas pelo ecoturismo: (1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo às culturas anfitriãs; (3) máximo benefício econômico para as comunidades do país anfitrião; e (4) satisfação máxima para os turistas participantes. O Ecoturismo deve ser implantado a partir de uma ação conjunta entre os órgãos políticos, a iniciativa privada e a comunidade, a fim de garantir a qualidade ambiental da área, interesses econômicos, e a valorização da cultura dessas comunidades.

## **AS PRÁTICAS DO ECOTURISMO E SUA APLICABILIDADE NO BAIXO CURSO DO RIBEIRÃO SÃO LOURENÇO**

Os potenciais turísticos no ribeirão São Lourenço são principalmente voltados para atrativos naturais, formados pelo rio, saltos “cachoeira” que se destacam em altura e volume d’água, serras e matas caracterizadas principalmente pela vegetação nativa do cerrado, podem proporcionar um turismo contemplativo e de aventura. Deve ser destacada também, a beleza exuberante e indescritível da vegetação, com algumas quedas d’água e área de Cerrado, com suas formas retorcidas de cores fortes e beleza rara, porém o local de grande potencial turístico necessita de planejamento para infraestrutura adequada e equipe especializada. Destaca-se a capacitação, interação e identidade com a cultural e fixação das comunidades no campo.

As não potencialidades encontradas no ribeirão São Lourenço são pertinentes do uso e ocupação pela criação de gado. Devido ao uso ilegal das margens do ribeirão para uso em pasto, causando desmatamento da vegetação nativa cerrado, o



que causa impactos no curso natural do ribeirão. É fato que podemos citar várias questões que representam proposta de intervenção mais o que seria crucial é a valorização da manutenção e conservação do espaço natural.

Diante dos problemas contundentes no ribeirão São Lourenço, pautamos de questões de intervenções que possam contribuir para resolver esta problemática ocorrente. Assim primeiramente destacamos a retirada da criação de gado das margens do ribeirão São Lourenço. Em segundo o replantio da vegetação nativa do cerrado. Em terceiro propomos o uso consciente do espaço em que abrange o ribeirão por parte da população local, assim mantendo a localidade em estado de uso sem poluição por resíduos sólidos. Em quarto partimos da proposta de educação a população que faz utilização do ribeirão São Lourenço esta proposta deve partir de conscientizar a população por diversos meios de comunicação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da análise no baixo curso do ribeirão São Lourenço verificou-se a evidência de contaminação a partir dos impactos do turismo sobre os recursos hídricos desta localidade. O impacto do turismo sobre a água, visto que próximo a estes córregos se concentra a maior quantidade de domicílios voltados ao turismo. Providências para reverter esta situação devem ser adotadas urgentemente visto que o turismo pode alterar a qualidade da água e comprometer a saúde de moradores. A primeira medida a ser adotada sem dúvida é a implantação de um sistema de coleta seletiva do lixo as margens do ribeirão São Lourenço.

O turismo no ribeirão São Lourenço deve ser praticado dentro dos princípios do ecoturismo. É fato que podemos citar várias questões que representam proposta de intervenção mais o que seria crucial é a valorização da manutenção e conservação do espaço natural. A prática do ecoturismo deve ter como princípio básico a educação ambiental. Segundo SILVEIRA (1996, p. 10) “Sem dúvida, somente a perspectiva pedagógica será capaz de instituir e educar as pessoas no sentido de estimular a convivência harmoniosa entre homem/natureza. Entendida como um processo de formação e informação, que visa desenvolver uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e ativa na preservação do meio ambiente, a educação ambiental deve estar intrinsecamente vinculada à prática do ecoturismo”.

A prática do Ecoturismo no baixo curso do ribeirão São Lourenço pode ser uma alternativa para se garantir o equilíbrio ambiental da área, e propiciar o desenvolvimento social e econômico da comunidade envolvida. Para isso, torna-se necessário, qualificar profissionais que estejam capacitados a trabalhar a atividade ecoturística. Além disso, é imprescindível que se promova um modelo de ecoturismo condizente as normatizações estabelecidas pela Política Nacional de Ecoturismo. Outro ponto importante para se concretizar essas práticas, são os investimentos de ordem pública e privada, com o propósito de implantar uma infraestrutura adaptada à exploração do Ecoturismo.

Do mesmo modo, é interessante trabalhar a questão da conscientização do turista, a fim de orientá-lo da melhor maneira em relação a sua postura diante da área e seus respectivos atrativos naturais e culturais. Nesse caso, destacam-se os programas de educação ambiental, criação de material informativo sobre o potencial turístico em questão, dentre outros. Finalmente, essas atividades de Ecoturismo devem estar interligadas à participação das comunidades, ou seja, integrá-las efetivamente com essas práticas, possibilitando, uma fonte de renda e um meio para fortalecer os vínculos culturais do homem com a sua região.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. BARCELOS, J. H. Geologia Regional e Estratigráfica Cretácica do Triângulo Mineiro. Sociedade & Natureza, Uberlândia, p. 9-24, 1993.
2. BARCELOS, J. H. Reconstrução paleogeográfica da sedimentação do Grupo Bauru baseada na sua redefinição estratigráfica parcial em território paulista e no estudo preliminar fora do estado de São Paulo. Rio Claro, 1984. 191 p. Tese (Livre Docência) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP.
3. BRASIL. Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994.
4. FERNANDES, L. A.; COIMBRA, A. M. A Bacia Bauru (Cretáceo Superior, Brasil). Anais da Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, p. 195-205, 1996.
5. HETZER, W. Environment, tourism, culture. Links, 1965. p. 1-3.
6. RENATO F. DO VALLE JÚNIOR; TERESA C. T. PISSARRA; ANDRÉA DE O. PASSOS; TIAGO G. RAMOS; VERA L. ABDALA. Diagnóstico das áreas de preservação permanente na bacia hidrográfica do Rio Tijuco, Ituiutaba - MG, utilizando tecnologia SIG. Revista Eng. Agríc. 2010, vol.30, n.3, pp. 495-503.
7. SILVEIRA M.A.T. da. Ecoturismo e educação Ambiental. In: BLEY, L.(Org.). Caderno 3. Ilha do Mel. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Departamento de Geografia. Fevereiro, 1996.
8. SUGUIO, K.; SVIERO, D. P., FELITTI FILHO, W. Conglomerados polimítricos diamantíferos de idade cretácica de Romaria (MG): um exemplo de sedimentação de leques aluviais. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOLOGIA, 2, São Paulo, Resumos... São Paulo, p. 217-229, 1979.